

True Securitizadora S.A

Demonstrações contábeis do exercício
findo em 31 de dezembro de 2022,
acompanhadas do relatório do auditor independente

Março de 2023

TRUE SECURITIZADORA S.A

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório do auditor independente

Conteúdo

	Página
Relatório dos auditores independentes	2
Relatório da Administração	7
Balanços patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações contábeis	17

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores e Acionistas da

TRUE SECURITIZADORA S.A

São Paulo – SP

Opinião



Examinamos as demonstrações contábeis da TRUE SECURITIZADORA S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TRUE SECURITIZADORA S.A, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações, e seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião



Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades estão descritas na seção: “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, conforme princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria



Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas de prestações de serviços - Conforme nota explicativa nº 19 às demonstrações contábeis.	
Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria.	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.
A receita da Companhia decorre da administração dos patrimônios separados, “Fees” de estruturação das emissões dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI’s) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA’s). Nesse contexto, esse tema foi considerado como o principal assunto de auditoria, dado complexidade da estrutura das operações e validação dos documentos.	<p>Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros: (i) conciliação contábil das receitas; (ii) análise dos documentos fiscais de prestação de serviços, por amostragem; (iii) verificação da entrada dos recursos em conta corrente da Companhia, por amostragem; (iv) revisão analítica da receita, visando identificar oscilações ou variações fora das operações com emissões da Companhia, que pudessem resultar em receitas não reconhecidas ou reconhecidas por valores incorretos ou fora de sua competência; (v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia relacionadas a este assunto.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os valores registrados são adequados, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos



Demonstrações do valor adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores



A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis



A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis



Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto SP, 17 de março de 2023.



BLB Auditores Independentes

CRC 2SP023165/O-2

Rodrigo Garcia Giroldo

CRC 1SP222658/O-9



TRUE SECURITIZADORA S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF 12.130.744/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração

Cenário Atual

A True Securitizadora S.A. (“Companhia”) é uma Companhia Securitizadora devidamente registrada na categoria S1, em 01 de junho de 2022, na CVM, nos Termos da Resolução 60. Durante o exercício de 2022, a companhia entregou o 1º e 2º ITR e, após obter o registro de categoria S1, não possui obrigatoriedade de entregar as informações trimestrais, que é somente aplicável para as companhias registradas na categoria S2, conforme art. 47, VII, da Res. CVM 60.

A Companhia tem por objeto social: (i) aquisição e securitização de quaisquer direitos creditório originados por pessoas físicas ou jurídicas, fundos de investimentos ou outras pessoas, de quaisquer segmentos e atividades empresariais, inclusive do agronegócio, imobiliárias, créditos financeiros, mercantis, industriais, energia, infraestrutura, prestação de serviços, dentre outros, assim como quaisquer títulos e valores mobiliários, incluindo ativos com variação cambial, representativos de tais direitos creditórios ou lastreadas em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (“Créditos”);(ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitado os trâmites da legislação aplicável, tais como, mas não se limitando, Debêntures, Notas Comerciais, títulos de crédito em geral, Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”), Certificados de Recebíveis (“CR”), ou de outros títulos e valores mobiliários representativos de operações de securitização, inclusive ativos digitais e/ou tokenizados no mercado local ou exterior; (iii) a realização de negócios e prestação de serviços relacionado as operações e securitização e créditos supracitados; (iv) a gestão e administração dos Créditos, sendo permitida a contratação de terceiros para a apresentação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos; (v) A aquisição e alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos; (vi) a emissão, recompra, revenda ou resgate dos valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiros e de capitais, com lastro nos Créditos; (vii) A prestação de serviços incluindo, mas não se limitando: (a) a estruturação de operações de securitização dos Créditos; (b) digitação, registro, colocação, no mercado financeiro e de capitais, primário e secundário, bem como a administração e recuperação dos Créditos; (viii) a realização de operações de hedge e outros nos mercados derivativos visando cobertura de risco na sua carteira de créditos; (ix) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ele emitidos; (x) emissão de dívidas, tais como, mas não se limitando, a debêntures, notas comerciais; (xi) a participação em outras sociedades.

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a empresa BLB Auditores Independentes foi contratada para auditar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 e revisões das informações trimestrais da True Securitizadora S.A. e não prestou outros serviços que não o de auditoria externa.

As demonstrações de cada patrimônio separado da Securitizadora são apresentadas de forma individualizadas, auditadas e entregues à CVM.

Comentário do Desempenho

Apesar dos efeitos da pandemia e da instabilidade econômica ocorrida durante o exercício de 2022, a Companhia concluiu o exercício com lucro líquido de R\$ 9.910 mil.

A Companhia realizou: oitenta e cinco novas emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários no montante de R\$ 12.030.852 mil; dezessete novas emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio no montante de R\$ 3.708.668 mil; uma nova emissão de Debênture no montante de R\$ 1.300.539; e uma nova emissão de Certificados de Recebíveis no montante de R\$ 100.000.

Apresentamos para apreciação de V.Sas, as informações financeiras desta Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 com os dados comparativos de exercício social anterior. Ficamos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 17 de março de 2023

A Administração

True Securitizadora S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.802	1.977
Contas a receber	5	308	191
Tributos a recuperar	6	6.848	1.874
Despesas reembolsáveis de operações fiduciárias	7	542	429
Outros ativos		87	4
Despesa antecipada		77	70
Total do ativo circulante		12.664	4.545
Ativo não circulante			
Direitos de uso sobre imóvel locado	8	1.034	381
Imobilizado	9	224	425
Intangível	10	1.503	5
Total do ativo não circulante		2.761	811
Total do ativo		15.425	5.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

True Securitizadora S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo circulante			
Fornecedores		1.611	109
Obrigações sociais e trabalhistas	11	1.202	829
Dividendos a pagar		2.288	-
Obrigações fiscais	12	906	554
Contas a pagar de operações fiduciárias	13	545	385
Obrigações do contrato de locação	14	336	194
Total do passivo circulante		<u>6.888</u>	<u>2.071</u>
Passivo não circulante			
Obrigações do contrato de locação	14	698	187
Total do passivo não circulante		<u>698</u>	<u>187</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	18.1	400	400
Reserva legal	18.2	80	80
Reserva de lucros		7.359	2.618
Total do patrimônio líquido		<u>7.839</u>	<u>3.098</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>15.425</u>	<u>5.356</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

True Securitizadora S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita Bruta		18.105	14.304
Impostos sobre a receita		(1.887)	(1.334)
Receita líquida	19	16.218	12.970
Custo dos serviços prestados	20	(723)	(256)
Lucro bruto		15.495	12.714
Receitas (despesas) operacionais			
Despesa com pessoal	21	(7.751)	(5.336)
Despesa com serviços de terceiros	21	(2.553)	(1.723)
Despesas tributárias	21	(101)	(104)
Outras despesas administrativas	21	(810)	(394)
Total (despesas) receitas operacionais		(11.215)	(7.557)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		4.280	5.157
Resultado financeiro	22	10.574	2.817
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		14.854	7.974
Imposto de renda e contribuição social-corrente	23	(4.944)	(2.640)
Resultado do período		9.910	5.334
Quantidade de ações	24	400.000	400.000
Resultado básico por ação -R\$	24	24,78	13,34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

True Securitizadora S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do período	9.910	5.334
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u><u>9.910</u></u>	<u><u>5.334</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

True Securitizadora S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros/prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
		Capital social	Legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		400	80	1.078	-	1.558
Resultado do exercício		-	-	-	5.334	5.334
Dividendos distribuídos	17.3	-	-	(1.078)	(2.716)	(3.794)
Transferência para reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral	17.3			2.618	(2.618)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		400	80	2.618	-	3.098
Resultado do exercício		-	-	-	9.910	9.910
Dividendos distribuídos	17.3	-	-	(2.618)	(190)	(2.808)
Juros sobre capital próprio	17.3				(73)	(73)
Dividendos a pagar					(2.288)	(2.288)
Transferência para reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral				7.359	(7.359)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		400	80	7.359	-	7.839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

True Securitizadora S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		14.854	7.974
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o caixa líquido			
gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação / amortização	9 e 10	147	136
Baixa de imobilizado	9 e 10	161	-
Despesa com juros	22	20	23
Amortização (direito de uso de imóvel alocado)	8	221	185
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(117)	(30)
Tributos a recuperar		(4.974)	(1.401)
Despesas reembolsáveis de operações fiduciárias		(113)	(333)
Outros ativos		(83)	33
Despesa antecipada		(7)	(70)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.502	73
Obrigações sociais e trabalhistas		373	110
Dividendos a pagar			
Obrigações fiscais		(4.592)	(2.856)
Contas a pagar de operações fiduciárias		160	57
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		7.552	3.901
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado e intangível	9 e 10	(1.605)	(93)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(1.605)	(93)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	18.3	(2.881)	(3.794)
Pagamentos do passivo de arrendamento	14	(241)	(208)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(3.122)	(4.002)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		2.825	(194)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.977	2.171
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	4.802	1.977
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		2.825	(194)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

True Securitizadora S.A.

Demonstrações do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas	18.105	14.304
Receita de serviços e outras receitas	18.105	14.304
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(723)	(256)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.801)	(1.640)
Valor adicionado bruto	----- 14.581	----- 12.408
Depreciação, amortização e exaustão	(368)	(321)
Valor adicionado líquido produzido	----- 14.213	----- 12.087
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida	10.594	2.840
Valor adicionado a distribuir	----- <u>24.807</u>	----- <u>14.927</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	7.751	5.336
Impostos, taxas e contribuições	6.932	4.078
Alugueis	214	179
Dividendos	190	2.716
Lucro retido	9.720	2.618
Valor adicionado distribuído	----- <u>24.807</u>	----- <u>14.927</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais

A True Securitizadora S.A. (“Companhia”) é uma Companhia Securitizadora devidamente registrada na CVM, nos Termos da Resolução 60 na categoria S1

A Companhia tem por objeto social: (i) aquisição e securitização de quaisquer direitos creditório originados por pessoas físicas ou jurídicas, fundos de investimentos ou outras pessoas, de quaisquer segmentos e atividades empresariais, inclusive do agronegócio, imobiliárias, créditos financeiros, mercantis, industriais, energia, infraestrutura, prestação de serviços, dentre outros, assim como quaisquer títulos e valores mobiliários, incluindo ativos com variação cambial, representativos de tais direitos creditórios ou lastreadas em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (“Créditos”);(ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitado os trâmites da legislação aplicável, tais como, mas não se limitando, Debêntures, Notas Comerciais, títulos de crédito em geral, Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”), Certificados de Recebíveis (“CR”), ou de outros títulos e valores mobiliários representativos de operações de securitização, inclusive ativos digitais e/ou tokenizados no mercado local ou exterior; (iii) a realização de negócios e prestação de serviços relacionado as operações e securitização e créditos supracitados; (iv) a gestão e administração dos Créditos, sendo permitida a contratação de terceiros para a apresentação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos; (v) A aquisição e alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos; (vi) a emissão, recompra, revenda ou resgate dos valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiros e de capitais, com lastro nos Créditos; (vii) A prestação de serviços incluindo, mas não se limitando: (a) a estruturação de operações de securitização dos Créditos; (b) digitação, registro, colocação, no mercado financeiro e de capitais, primário e secundário, bem como a administração e recuperação dos Créditos; (viii) a realização de operações de hedge e outros nos mercados derivativos visando cobertura de risco na sua carteira de créditos; (ix) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ele emitidos; (x) emissão de dívidas, tais como, mas não se limitando, a debêntures, notas comerciais; (xi) a participação em outras sociedades.

2. Bases de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas em milhares de reais conforme a moeda funcional da Companhia (Real), as quais abrangem a legislação societária, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 17 de março de 2023.

2.2. Bases de apresentação

2.2.1. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas demonstrações contábeis utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais.

Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas respectivamente.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis e não superando o valor de mercado.

3.2. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

A Companhia apresenta ativos de direito de uso na rubrica “Direitos de uso sobre imóvel locado” e passivos de arrendamento na rubrica “Obrigações do contrato de locação” no balanço patrimonial.

3.3. Imobilizado

São reconhecidos pelo valor de custo de aquisição, deduzidos da depreciação ou perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que este método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A Administração avalia a cada encerramento de exercício social se há indicação de que um ativo pode ser não recuperável, ou seja, quando o seu valor contábil excede o seu valor recuperável, e se aplicável o valor contábil do

ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente.

3.4. Intangível

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição e são subsequentemente mensurados ao custo menos a eventual amortização acumulada e a perda acumulada. O valor amortizável do ativo com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessárias para que este possa funcionar como pretende a Companhia.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil. A Administração apurou que o ativo intangível não está registrado por montante superior ao valor provável de recuperação, fato pelo qual não houve necessidade de efetuar ajustes.

3.5. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.6. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração não possui ativos ou passivos contingentes, que levassem a Companhia à necessidade da constituição de qualquer provisão.

3.7. Reconhecimento de receitas

A receita da Companhia é composta pelos *fees* de emissão, distribuição, coordenador líder, deságios e administração dos patrimônios separados das emissões dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

3.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social é contabilizada pelo regime de lucro real e foi constituída à alíquota de 15% para o imposto de renda, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

3.9. Lucro por ação

O lucro por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

3.10. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”.

3.11. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.12. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

3.12.1 Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são aplicações financeiras CDB DI e CDB Plus que são títulos de renda fixa emitidos por banco de primeira linha de liquidez imediata. Esses instrumentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Na mensuração subsequente são classificados na mesma categoria. Por se tratar de um instrumento com liquidez diária e recompra garantida na taxa pactuada na aplicação, os saldos das aplicações financeiras refletem o seu valor justo nas datas de avaliação.

3.12.2 Gestão de risco

A Companhia possui área de Compliance que monitora as atividades operacionais mediante monitoramentos das operações ativas, fazendo diligência em sistemas reputacionais e realiza junto com os responsáveis de todas as áreas um Comitê de Operações em que as estruturas das novas operações são apresentadas.

3.12.3 Gestão de capital

A Companhia administra o seu capital e as receitas advindas das suas emissões com controle orçamentário com a finalidade de honrar seus compromissos financeiros e garantir a continuidade das suas atividades.

3.12.4 Gestão de risco de mercado

A Companhia esclarece que não está diretamente sujeita a riscos relevantes de mercado, pois atualmente não possui empréstimos e financiamentos que possam trazer exposição de taxa de juros.

3.12.5 Gestão de risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez, utilizando capital próprio ou pelo reinvestimento dos resultados obtidos pela própria Companhia.

3.12.6 Risco de crédito

Risco de Crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou contraparte falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes da Companhia.

A Companhia entende que hoje não está sujeita a riscos de crédito, não havendo registro de inadimplência por parte dos seus clientes.

3.13. Novas normas, alterações e interpretações

Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes emitidas pelo IASB que entrarão em vigor em janeiro de 2023 e não foram adotadas pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- Classificação de passivos como circulante e não circulante (emenda IAS 1);
- Divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 37 e declaração de práticas IFRS 2);
- Definição de estimativas contábeis (emenda IAS 8);
- Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (emenda IAS 12);

4. Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 e nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	325	175
CDB (a)	4.477	1.802
Total	4.802	1.977

- (a) O montante é composto por (i) aplicações financeiras automáticas (Aplica Aut Mais) com liquidez imediata, que podem ser resgatadas a qualquer momento, portanto, são consideradas como equivalentes de caixa e aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários que possuem liquidez imediata e taxa de remuneração média de 94% do DI.

5. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de contas a receber é R\$ 308 (R\$ 191 em 31 de dezembro de 2021) e refere-se a prestações de serviços de gestão e de estruturação. Não há provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa constituída face à ausência de histórico de perdas de faturas emitidas relativas a esses tipos de serviços.

6. Tributos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos retidos em prestações de serviços	42	35
Antecipações e pagamentos de imposto de renda e de contribuição social do próprio exercício	5.960	1.377
Saldo credor de impostos recolhidos em exercícios anteriores	846	462
Total	6.848	1.874

7. Despesas reembolsáveis de operações fiduciárias

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas reembolsáveis de operações fiduciárias	542	429
Total	542	429

Despesas reembolsáveis referem-se a valores pagos com caixa proprietário relacionado com as operações de Certificado de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio que serão reembolsados pelos patrimônios separados e/ou partes envolvidas nas emissões, tais como cedentes, devedores e investidores.

8. Direitos de uso sobre imóvel locado

A Companhia celebrou o contrato de locação de um novo imóvel em 12 de dezembro de 2022. Com a entrega do antigo imóvel, foi realizada a baixa de parte do imobilizado da Companhia.

Em cumprimento ao CPC-06 (R2), a Companhia registrou o direito de uso de imóvel, com base no novo contrato de locação de seu escritório, celebrado em 12 de dezembro de 2022 cujo vencimento é previsto para 30 de novembro de 2025.

A metodologia para o registro do valor justo do referido direito levou em consideração a taxa média de mercado para a remuneração de locação para imóveis similares, e aplicou sobre o fluxo de caixa previsto para pagamento das parcelas de locação.

Partindo do valor justo, passou a registrar a referida taxa calculada sobre o valor justo inicial como juros contabilizados como despesa financeira, e a diferença como amortização dos aluguéis.

Em face da adoção do referido normativo, não houve impacto relevante sobre a demonstração de resultados da Companhia.

A movimentação do direito de uso sobre imóvel locado para as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Descrição	31/12/2021	Adições	Baixa	Amortização	31/12/2022
Direitos de uso sobre imóvel locado	381	1.116	(242)	(221)	1.034
Total	381	1.116	(242)	(221)	1.034

9. Imobilizado

Descrição	% - Taxa de depreciação	31/12/2022 Imobilizado líquido	31/12/2021 Imobilizado líquido
Equipamentos de informática	20%	210	174
Instalações e benfeitorias	25%	5	179
Móveis e utensílios	10%	9	72
Total		224	425

A movimentação do imobilizado para as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Descrição	31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Equipamentos de informática	174	104	(4)	(64)	210
Instalações e benfeitorias	179	-	(106)	(68)	5
Móveis e utensílios	72	-	(51)	(12)	9
Total	425	104	(161)	(144)	224

10. Intangível

Descrição	% - Taxa de amortização	31/12/2022 Intangível líquido	31/12/2021 Intangível Líquido
Sistemas para processamento de dados	20%	1.503	5
Total		1.503	5

A movimentação do intangível para as informações contábeis de 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Descrição	31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2022
Sistemas para processamento de dados	5	1.501	-	(3)	1.503
Total	5	1.501	-	(3)	1.503

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmio	600	400
Provisão de férias	383	262
INSS e FGTS	147	115
Outros (*)	72	52
Total	1.202	829

(*) A rubrica outros é composta pelo saldo a pagar de imposto de renda incidente sobre os salários.

12. Obrigações fiscais

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sobre o lucro	717	417
Impostos e contribuições a recolher	189	137
Total	906	554

13. Contas a pagar de operações fiduciárias

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a pagar de operações fiduciárias	545	385
Total	545	385

São obrigações a pagar relacionados com as operações fiduciárias dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio emitidas pela Companhia.

14. Obrigações do contrato de locação

Em cumprimento ao CPC-06 (R2), a Companhia registrou a obrigação de contrato de locação, com base no novo contrato referente a sede da Companhia, celebrado em 12 de dezembro de 2022, cujo vencimento é previsto para 30 de novembro de 2025.

Descrição	31/12/2021	Adição	Baixa	Juros	Pagamentos	31/12/2022
Obrigações do contrato de locação	381	1.116	(242)	20	(241)	1.034
Total	381	1.116	(242)	20	(241)	1.034
Passivo circulante	194					336
Passivo não circulante	187					698
Total	381					1.034

15. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, não existem passivos contingentes que possam estar relacionados a processos de naturezas civil, fiscal ou trabalhista, classificados como perda provável.

Passivo contingente não provisionado:

A Companhia é parte em ação judicial em processo de natureza tributária em tramitação, decorrente do curso normal de suas operações e, considerando a opinião dos Assessores Legais e a avaliação da Administração, o processo relacionado a seguir possui expectativa de perda avaliada como possível e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC e IFRS.

a. Processo administrativo municipal:

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui um processo administrativo municipal (São Paulo), decorrente de auto de infração recebido pela companhia em 01 de setembro de 2021, no montante atualizado de R\$ 820 classificado como perda possível. O objeto do processo é a cobrança de ISS e de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias.

16. Partes relacionadas

Durante o exercício de 2022, a True One Participações S.A. prestou serviços de estruturação de operações de securitização.

17. Remuneração dos administradores

A remuneração total paga aos diretores da Companhia considerando os encargos sociais foi de R\$ 1.643 para o exercício de 2022. (R\$ 1.294 para o exercício de 2021).

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 400, dividido em 400.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

18.2. Reserva legal

A reserva legal da Companhia tem saldo de R\$ 80 e está no limite previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 em que a reserva não pode exceder 20% do capital social.

18.3. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Durante o exercício de 2022, a Companhia distribuiu dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 2.881, sendo: R\$ 2.618 de dividendos, relativos ao lucro do exercício de 2021; R\$ 190 de dividendos intermediários obrigatórios, relativos ao lucro do exercício de 2022; e R\$ 73 de juros sobre o capital próprio, relativo ao lucro do exercício de 2022, conforme demonstrado abaixo:

Exercício	Data Pagamento	Valor	Natureza
2021	fev/22	400	Dividendos
2021	jun/22	600	Dividendos
2021	ago/22	900	Dividendos
2021	set/22	607	Dividendos
2021	out/22	111	Dividendos
		2.618	

2022	nov/22	190	Dividendos
2022	dez/22	73	Juros sobre Capital Próprio
		263	
Total	Total	2.881	

19. Receita Líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Fee de estruturação/Deságio	1.753	923
Fee de Distribuição	2.697	2.902
Administração dos patrimônios separados (i)	13.655	10.479
(-) Tributos	(1.887)	(1.334)
Receita líquida	16.218	12.970

(i) A Companhia identificou que estavam classificados na rubrica “outras rendas operacionais” valores que poderiam estar melhor demonstrados como receitas decorrentes de operações de securitização, de forma que reclassificou o montante de R\$ 516 demonstrado em 31 de dezembro de 2021 para a rubrica “Administração dos patrimônios separados”.

20. Custo dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Custos relacionados às operações	(177)	(256)
Consultoria	(546)	-
Total	(723)	(256)

21. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC, o detalhamento por natureza está apresentado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(6.374)	(4.393)
Despesas com encargos trabalhistas	(1.377)	(943)
Despesas com serviços de terceiros	(2.294)	(1.531)
Despesas com anúncios, patrocínios e publicações	(61)	(53)
Despesas com informática e telecomunicações	(198)	(139)
Despesas com taxas e impostos	(101)	(104)
Amortização de direitos de uso de imóvel	(221)	(185)
Despesas de depreciação e amortização	(304)	(136)
Outras despesas administrativas	(285)	(73)
Total	(11.215)	(7.557)

Classificadas como	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(7.751)	(5.336)
Despesas com terceiros	(2.553)	(1.723)
Despesas tributárias	(101)	(104)
Outras Despesas administrativas	(810)	(394)
Total	(11.215)	(7.557)

22. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Rendimento de aplicação financeira	2.612	71
Variação monetária	164	17
Juros das obrigações do contrato de locação	(20)	(23)
Resultados Financeiros decorrentes de IRRF de aplicações financeiras fiduciárias (i)	7.818	2.752
Total	10.574	2.817

- (i) A Companhia, com a finalidade de melhorar à apresentação das suas demonstrações contábeis, reviu a classificação contábil dos resultados financeiros decorrentes de impostos retidos das aplicações financeiras fiduciárias que até 31 de dezembro de 2021 era classificado na rubrica de “outras receitas operacionais” e reclassificou o saldo daquela data para o grupo de receitas financeiras, no montante de R\$ 2.752.

23. Imposto de renda e contribuição social

- a) Composição das despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ – corrente	(3.606)	(1.922)
CSLL – corrente	(1.338)	(718)
Total corrente	(4.944)	(2.640)

Reconciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício antes dos impostos	14.855	7.974
Exclusões	-	-
Adições	18	3
Base de cálculo para IRPJ	14.873	7.977
Alíquota de 15%	(2.231)	(1.197)
Base de cálculo alíquota adicional	14.633	7.737
Alíquota adicional 10%	(1.463)	(774)
Total do IRPJ	(3.694)	(1.970)

Utilização de incentivos fiscais	88	48
IRPJ líquido	(3.606)	(1.922)
Base de cálculo para CSLL	14.873	7.977
Alíquota 9%	(1.338)	(718)
Total de IRPJ e CSLL	(4.944)	(2.640)

24. Lucro por ação

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício atribuível aos acionistas	9.910	5.334
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro	400.000	400.000
Lucro por ação - em reais	24,78	13,34

26. Transações que não afetam o caixa

As seguintes transações ocorridas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não afetaram o caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Contabilização inicial CPC 06 (R2) (*)	1.034	381
Total	1.034	381

(*) Refere-se à contabilização referente ao CPC 06. A Companhia registrou o direito de uso de imóvel, com base no contrato de locação de seu escritório, cujo vencimento é previsto para 30/11/2025. O valor descrito está líquido dos pagamentos.

28. Eventos subsequentes

Em 09 de janeiro de 2023 foram distribuídos dividendos intermediários no montante de R\$ 2.000 referente lucro líquido de 2022.

* * *

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Eu, Arley Custódio Fonseca, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.946.485-X/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 307.140.588-07, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 2º andar, cj 21 e 22 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Eu, Rodrigo Henrique Botani, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.522.998-6/SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 224.171.888-21, na qualidade de Diretor de Distribuição da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 2º andar, cj 21 e 22 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Eu, Rodrigo Vinicius dos Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.018.142-1/SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 320.119.888-96, na qualidade de Diretor de Operações da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 2º andar, cj 21 e 22 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Eu, Andressa Braz de Souza Spinelli, brasileira, casada, formada em ciências contábeis, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.346.493-5/SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 355.247.558-38, na qualidade de Diretora de Compliance da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 2º andar, cj 21 e 22 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Eu, Karine Simone Bincoletto, brasileira, solteira, formada em ciências econômicas, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.317.575-X, inscrito no CPF/MF sob o nº. 350.460.308-96, na qualidade de Diretora de Estruturação da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 2º andar, cj 21 e 22 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Eu, Arley Custódio Fonseca, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.946.485-X/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 307.140.588-07, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 2º andar, cj 21 e 22 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela BLB Auditores Independentes referente as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Eu, Rodrigo Henrique Botani, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.522.998-6/SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 224.171.888-21, na qualidade de Diretor de Distribuição da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 2º andar, cj 21 e 22 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela BLB Auditores Independentes referente as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Eu, Rodrigo Vinicius dos Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.018.142-1/SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 320.119.888-96, na qualidade de Diretor de Operações da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 2º andar, cj 21 e 22 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela BLB Auditores Independentes referente as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Eu, Andressa Braz de Souza Spinelli, brasileira, casada, formada em ciências contábeis, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.346.493-5/SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 355.247.558-38, na qualidade de Diretora de Compliance da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 2º andar, cj 21 e 22 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela BLB Auditores Independentes referente as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Eu, Karine Simone Bincoletto, brasileira, solteira, formada em ciências econômicas, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.317.575-X, inscrito no CPF/MF sob o nº. 350.460.308-96, na qualidade de Diretora de Estruturação da True Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 2º andar, cj

21 e 22 Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela BLB Auditores Independentes referente as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.